



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HELOÍSA HELENA NA REDE GLOBO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006

Rogério Ferreira Silva

IFBA

rogeriofs@ifba.edu.br

Introdução

O objeto desse trabalho são as representações sociais apresentadas pela candidatura de Heloísa Helena, em 2006, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), à Presidência da República. Baseados nos conceitos gramscianos de hegemonia e contra-hegemonia, teremos como objetivo geral identificar as representações sociais apresentadas pela candidata Heloísa Helena e analisar se estas foram hegemônicas, contra-hegemônicas ou contestatórias.

A eleição presidencial de 2006 teve como principais candidaturas Lula (PT), Alckmin (PSDB) e Heloísa Helena (PSOL). Nas eleições de 2006, com a candidatura de Heloísa Helena à Presidência da República pela Frente de Esquerda Socialista (PSOL, PSTU e PCB), em que pese a grande diferença de recursos, as forças vistas como de esquerda no cenário político brasileiro tiveram duas candidaturas eleitoralmente expressivas. Além disso, a candidatura de Heloísa Helena foi a primeira de uma mulher com significativo peso eleitoral e ampla cobertura midiática na história do país. Tudo isso fez da sua candidatura à Presidência da República em 2006 uma novidade do cenário político brasileiro, tendo um desempenho eleitoral razoável, mesmo estando sustentada em estruturas partidárias frágeis e com pouca expressão social e eleitoral¹. Infelizmente, pelo curto espaço que nos é destinado aqui, não será possível realizar uma análise aprofundada do contexto eleitoral.

Na primeira parte do trabalho apresentaremos as discussões em torno dos conceitos gramscianos de hegemonia, contra-hegemonia, bloco histórico, ideologia,

¹ A própria diferença de votos obtidos entre a candidata, 6,85%, e os dos candidatos a deputado federal do seu partido, 1,23%, demonstra o quanto a sua candidatura era muito mais expressiva do que as estruturas partidárias que a sustentavam. A questão é que isso não se refletiu somente nos resultados eleitorais, mas também numa certa autonomia relativa da candidata em relação à frente partidária que a apoiava (SILVA, 2007).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dentre outros. Analisaremos também o desenvolvimento do conceito de representações sociais, tendo como foco a contribuição de Moscovici. Buscamos, com base nas formulações de Xavier (2003), estabelecer conexões entre a teoria das representações sociais e o conceito de ideologia em Gramsci.

Para o trabalho aqui apresentado, estabelecemos três tipos distintos de discurso político: o hegemônico, aquele que visa manter e defender as forças dominantes da sociedade; o contestatório, crítico de parcelas das forças dominantes, mas sem articular-se com o objetivo de superar globalmente a hegemonia existente; e o contra-hegemônico, que visa alterar a hegemonia existente buscando apresentar uma concepção global alternativa.

Na segunda parte, analisaremos o discurso de Heloísa Helena, buscando caracterizar as representações sociais sobre a própria candidata, as conjunturais, as de programa de partido e de sociedade futura. A partir disso, nosso objetivo será analisar se as representações sociais apresentadas no discurso de Heloísa Helena foram hegemônicas, contra-hegemônicas ou contestatórias.

O exame das representações sociais da candidatura de Heloísa Helena (PSOL) será feito através da Análise de Conteúdo (AC), especialmente baseadas nas formulações teórico-metodológicas de Laurence Bardin (1977). Amparado nas suas orientações metodológicas, a organização de nossa análise foi realizada seguindo algumas etapas. Primeiro, fizemos a coleta dos materiais a serem analisados, no nosso caso específico as três entrevistas concedidas à Rede Globo nas eleições 2006: Jornal Nacional (08/08/2006), Jornal da Globo (01/09/2006) e Bom Dia Brasil (18/09/2006).

Depois, levantamos e analisamos quatro categorias de representações sociais apresentadas no discurso de Heloísa Helena. São elas: 1) Representações sociais do país e do governo; 2) Representações sociais do programa de governo; 3) Representações sociais de sociedade futura; e 4) Auto-representações sociais de gênero, origem e política-ideológicas.

Primeiramente, faremos um levantamento quantitativo dos temas abordados por Heloísa Helena, analisando a frequência dos temas e a relação desta com os tipos discursivos. Em seguida, realizaremos uma análise qualitativa do conteúdo do discurso. A frequência será estipulada analisando quantitativamente a presença das categorias



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

temáticas, isto é, quantas vezes as categorias temáticas estiveram presentes nos momentos de fala² da candidata e do seu partido.

1- Hegemonia, representações sociais e ideologia

1.1- Hegemonia e contra-hegemonia

Gramsci deu ao termo hegemonia um significado particular. O conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci é considerado por Portelli (1987) como o mais importante desenvolvimento do marxismo contemporâneo, pois contribuiu para uma crítica sistemática às concepções mecanicistas e fatalistas do economicismo, baseadas em uma interpretação vulgar das relações entre estrutura e superestrutura.

A importância adquirida pelo conceito de hegemonia em Gramsci é reflexo das condições históricas na qual ele se desenvolveu, marcada pela tentativa de fornecer respostas às principais questões postas pela luta política socialista no início do século XX.

Gramsci tinha convicção das mudanças do seu tempo e de como a filosofia da práxis, para manter-se viva e ser um instrumento de reflexão e transformação da sociedade, deveria responder a cada situação concreta de forma singular. É a partir disso que ele aponta diferenças importantes na relação superestrutura/estrutura do século XIX para o XX, realizando comparações da situação russa com o conjunto da Europa.

Gramsci desenvolveu uma interpretação ampliada da ideia de sociedade civil presente em Hegel e Marx, colocando-a como esfera das relações privadas sustentadas na adesão voluntária e caracterizada como o momento do consenso. A concepção de superestrutura em Gramsci articula sociedade civil – organizações privadas baseadas na adesão voluntária e no consenso, com autonomia relativa da esfera econômica – e sociedade política – estrutura legal que concentra o monopólio da força. A ênfase de Gramsci no papel da sociedade civil e do consenso majoritário justifica-se pela força que esta adquiriu nas democracias de massas já existentes na Europa. A hegemonia política burguesa não tinha mais como elemento central o uso da coação a partir do estado, embora esta ainda fosse utilizada, mas sim o predomínio político-cultural nas diversas organizações da vida privada, tais como partidos, sindicatos, associações culturais, etc.

² Momento de fala é aqui definido como todas as mensagens emitidas por Heloísa Helena e por seu partido nas fontes analisadas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A eficiência estatal tornou-se mais abrangente, daí decorre a concepção de estado ampliado em Gramsci, envolvendo a superestrutura jurídica, administrativa e ideológica do aparelho estatal e todas as organizações privadas que, em maior ou menor grau, são por ele regulamentadas. A socialização da produção é acompanhada por um processo de socialização da política (COUTINHO, 2007), sem que esta última tenha perdido o seu conteúdo material.

Nessas circunstâncias, o termo hegemonia passou, em Gramsci, por uma profunda resignificação. Em Lênin, o termo é usado genericamente para relacionar o momento da força e da direção, sobretudo na defesa da manutenção da aliança operária e camponesa, analisada como fundamental para o desenvolvimento da revolução russa. Já em Gramsci, o conceito adquiriu maior complexidade e tornou-se um elemento central do conjunto da sua obra. Em seus escritos sobre a hegemonia, ele buscou dar primazia à compreensão dos processos de direção política e cultural da sociedade civil. Segundo Gramsci:

Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições para a conquista do próprio poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o tem fortemente na mão, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2007b: 63).

A hegemonia em Gramsci pressupõe a existência de um grupo social que consiga encarnar a vontade coletiva e, dessa forma, articular aliados para avançar na conquista da direção moral e intelectual da sociedade. Baseia-se na direção da sociedade civil e se reflete na dominação da sociedade política e da estrutura. A hegemonia sustenta-se nas classes sociais fundamentais de uma sociedade, isto é, naquelas classes que conseguem converter sua concepção particular em concepção universal e, assim, atrair classes subalternas ou até mesmo adversárias para seu campo de influência e dominação. Associa-se a esta questão os vínculos existentes entre classes dominantes e controle dos núcleos centrais da economia. Assim, o conceito de hegemonia está

[...] indissolúvelmente ligado ao conceito de Bloco Histórico, ou seja, uma articulação hegemônica baseada na estrutura e na superestrutura da sociedade, que se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classes, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

de Estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação (ALMEIDA, 2002).

Compreendendo que a hegemonia baseia-se em uma relação dialética entre dominação e direção, podemos afirmar que a hegemonia também forma no seu desenvolvimento a contra-hegemonia, isto é, “a hegemonia sempre terá um certo grau de instabilidade, pois pressupõe a existência de forças contrárias, que de algum modo a ela resistem, apresentando ou podendo propor projetos alternativos” (ALMEIDA, 2002). A estabilidade de uma hegemonia depende da capacidade de seu grupo dirigente em renová-la, recriá-la, defendê-la e modificá-la continuamente (WILLIAMS, 1979). Williams afirma que

a realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade (WILLIAMS, 1979: 116).

A hegemonia nunca é monolítica, mas sim, equilíbrio de interesses diversos. Não depende e nem se sustenta exclusivamente em um único grupo social, mas na capacidade de uma classe fundamental satisfazer seus interesses centrais dialogando com outros segmentos sociais. O Estado torna-se, portanto, uma instituição a serviço da expansão máxima e contínua dos interesses de uma articulação de classes sociais no bloco histórico.

O pensamento gramsciano articula instâncias econômicas, políticas e culturais em uma totalidade. Suas ideias fundamentam-se na crítica a todo tipo de determinismo mecânico e fatalista da estrutura sobre o conjunto das outras instâncias da vida social. Para Gramsci, a separação entre conteúdo (estrutura) e forma (superestrutura) não leva necessariamente a uma determinação unilateral de uma esfera sobre a outra, pois forma e conteúdo constituem uma totalidade social dinâmica e complexa.

1.2-O desenvolvimento do conceito de Representações Sociais

O conceito de Representações Sociais originou-se nos estudos desenvolvidos na Europa, na década de 1960 do século XX, visando compreender a articulação entre os



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

fenômenos individuais e coletivos. Esse campo de análise dá origem à teoria das representações sociais, vinculada à Psicologia Social. Segundo Moscovici,

[...] o conflito entre o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social. [...]. Não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência é possível (MOSCOVICI, 2002: 12).

Entretanto, Minayo ressalta que a temática das representações sociais já estava presente nas ciências humanas desde o fim do século XIX, com as contribuições de Durkheim, Marx, Weber, Lévi-Bruhl e Le Bon, todos fazendo parte de uma “pré-história” do conceito (MINAYO, 2002 e FARR, 2002). Não é o objetivo deste trabalho analisar a temática das representações sociais nos clássicos, mas, inegavelmente, o conceito se desenvolveu dentro de uma relação dialética de continuidade e superação com eles.

Apesar da familiaridade da teoria das representações sociais com os conceitos de ideologia em Marx e representações coletivas em Durkheim, ele se sobressai e se desenvolve em um campo conceitual próprio. Moscovici admite ter como principal matriz para o desenvolvimento da teoria das representações sociais o conceito durkheimiano de representações coletivas, porém, ele afirma que

[...] do ponto de vista de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço, etc. De fato, qualquer tipo de ideia, emoção ou crença, que ocorresse dentro de uma comunidade, estava incluído. Isso representa um problema sério, pois pelo fato de querer incluir demais, inclui-se muito pouco: querer compreender tudo é perder tudo (MOSCOVICI, 2007: 45-46).

Moscovici continua a diferenciar-se de Durkheim quando afirma que

Durkheim, fiel à tradição aristotélica e kantiana, possui uma concepção bastante estática dessas representações. [...] representações, em sua teoria, são como o adensamento da neblina, ou, em outras palavras, elas agem como suportes para muitas palavras ou idéias – como as camadas de um ar estagnado na atmosfera da sociedade [...] (MOSCOVICI, 2007: 47).



A partir dessas diferenciações, Moscovici afirma que

As representações sociais que me interessam são [...] as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis (MOSCOVICI, 2007: 48).

Dessa forma, ele distingue o conceito de representações sociais das representações coletivas, afirmando que a primeira é caracterizada pela mobilidade constante e a segunda pela estabilidade. Isso não significa que Durkheim não compreendia que as representações coletivas estão sujeitas às mudanças históricas, mas que essas mudanças são mais lentas, portanto, as representações que ele analisava se solidificavam e se impunham sobre o conjunto da sociedade. Já as formulações de Moscovici baseiam-se em um contexto histórico em que a formação das representações, importantes para a sedimentação dos laços sociais, não são constituídas a partir de instrumentos centralizados e estáveis como a Igreja, a ciência ou a própria mídia. O descentramento na sua formação e a constante transitoriedade das representações sociais são traços marcantes da modernidade, caracterizada por sistemas unificadores heterogêneos e flutuantes. Dessa forma, as representações sociais sofrem mudanças constantes e precisam se legitimar regularmente.

Enquanto para Durkheim a função das representações coletivas era a de garantir a coesão social, Moscovici identifica que a finalidade das representações sociais é transformar o não-familiar em familiar dentro de uma sociedade em constante mudança.

Segundo ele,

A teoria das representações sociais [...] toma como ponto de partida a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade (MOSCOVICI, 2007: 79).

Dessa forma, ele define o não-familiar como algo que “atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pressupostos implícitos que são básicos ao consenso” (MOSCOVICI, 2007). Transitar do incomum para o comum, visando retomar a familiaridade, é fundamental para manter os vínculos sociais. “A tensão básica entre o familiar e o não-familiar está sempre estabelecida, em nossos universos consensuais³, em favor do primeiro” (MOSCOVICI, 2007).

As representações sociais se formam a partir de dois processos interdependentes: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é definida por ele como “um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2007). Em outro momento ele afirma que, a partir da ancoragem, “é dada uma identidade social ao que não estava identificado [...], é dado um sentido, ao que antes não o tinha, no mundo consensual” (MOSCOVICI, 2007).

Quanto à objetivação, Moscovici argumenta que ela é continuidade do processo de ancoragem, tornando o incomum em comum, fazendo com que o objeto se transforme em algo real para as gerações posteriores. Assim, o que era “incomum e imperceptível para uma geração, torna-se familiar e óbvio para a seguinte” (MOSCOVICI, 2007).

A partir da ancoragem e objetivação, as representações sociais são formadas. Moscovici afirma que

Uma vez que uma sociedade tenha aceitado tal paradigma, ou núcleo figurativo, ela acha fácil falar sobre tudo o que se relacione com esse paradigma e devido a essa facilidade as palavras que se referem ao paradigma são usadas mais freqüentemente. Surgem, então, fórmulas e clichês que o sintetizam e imagens, que eram antes distintas, aglomeram-se ao seu redor. Não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado, em várias situações sociais, como um meio de compreender outros e a si mesmo, de escolher e decidir (MOSCOVICI, 2007: 73).

Portanto, as representações sociais passam a fazer parte dos universos

³ Moscovici estabelece em sua obra uma diferença entre universos reificados e consensuais, afirmando que o primeiro é responsável por construir um mapa dos fenômenos que independe da nossa vontade e que, portanto, submetem o mundo social à sua visão baseado em uma suposta precisão intelectual e evidência empírica. Já o segundo é responsável por restaurar a consciência coletiva e tornar os objetos e acontecimentos acessíveis a qualquer um e coincidentes com seus interesses imediatos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

consensuais, tornando-se algo familiar ao meio social no qual surge e se desenvolve.

1.3- Hegemonia, contra-hegemonia e representações sociais

As representações sociais originam-se de um leque diversificado de instituições sociais. Como o substrato das representações sociais é a teia diversificada e complexa das relações humanas, não se podem ignorar as diversas influências que as constituem. Sem dúvidas, a teoria das representações sociais significou um importante avanço na tentativa de compreender as interações entre indivíduo e sociedade. Porém, outras esferas da vida social ficaram negligenciadas. As representações sociais se formam e se consolidam em ambientes perpassados pela disputas de poder e sustentadas em relações de desigualdade na distribuição dos recursos materiais da sociedade, portanto, inseridas em relações econômicas e culturais historicamente constituídas. Esses aspectos contribuem para a consolidação de representações sociais vinculadas a uma sociedade marcada por conflitos sociais que não se resumem à infra-estrutura, mas sim atingem o campo dos universos consensuais. Mesmo a fixação de universos consensuais não exclui a existência de concepções contra-hegemônicas ou contestadoras, que visam formar um novo universo consensual. Xavier (2003) aponta essas limitações de Moscovici e defende uma leitura do conceito de representações sociais associada à concepção de ideologia e hegemonia em Gramsci.

Relacionar o conceito de representações sociais, ampliando a sua abordagem, com o de ideologia e hegemonia em Gramsci, é importante para compreendermos a sua relação com a dimensão da disputa política existente na sociedade.

O conceito de filosofia em Gramsci, assim como o de representações sociais em Moscovici, está associado à busca de uma concepção coerente e sistemática do real. Para Gramsci, toda a filosofia de uma época tende a se consolidar como o senso comum de determinados círculos sociais, especialmente os intelectuais, e a tornar-se elemento constitutivo do senso comum mais amplo da sociedade. Segundo ele,

a filosofia de uma época não pode ser nenhum sistema individual ou de tendência: ela é o conjunto de todas as filosofias individuais e de tendência, mais as opiniões científicas, mais a religião, mais o senso comum (GRAMSCI, 2007: 128).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No pensamento gramsciano não se pode afirmar uma única filosofia, mas sim o predomínio de uma sobre outras, amparada em relações historicamente determinadas. Existem, portanto, diversas concepções de mundo conflitantes inseridas em formações sociais específicas.

A filosofia, para Gramsci, está inserida no conceito mais amplo de ideologia, que articula filosofia, religião, senso comum e folclore em diversos níveis de articulação e sistematização. Ideologia, para Gramsci, é uma concepção de mundo que organiza as massas humanas, desenvolve o terreno no qual os indivíduos se movimentam, adquirem consciência do seu lugar no mundo social e atuam politicamente. Nesse caso, Gramsci refere-se às ideologias orgânicas, isto é, aquelas que são necessárias para determinadas estruturas e afirma que elas também podem agir como forças materiais.

Os universos consensuais, do qual fazem as partes as concepções familiares de uma sociedade, guarda semelhanças com a concepção de senso comum em Gramsci. Porém, como já foi ressaltado, a diferença fundamental entre os conceitos reside na compreensão dialética da sociedade, de que o universo consensual existe como predomínio sempre parcial, já que outras concepções lutam para se afirmarem. Para Gramsci, o senso comum é uma concepção genérica onde predomina a subordinação a uma filosofia de época, sempre associada ao domínio estrutural e superestrutural de uma classe social. Entretanto, ele não se esgota nesse aspecto. Está contido no senso comum os elementos de crítica e de superação dessa filosofia.

As representações sociais, e a compreendemos aqui de forma ampliada ao incorporar os elementos do conflito presentes no conceito de ideologia em Gramsci, são válidas quando adquirem caráter orgânico e obtem a força de crenças populares capazes de guiar a ação dos indivíduos. As representações sociais, quando alcançam esse nível de desenvolvimento, tornam-se parte da hegemonia exercida por meio de um bloco histórico ou podem ser elementos fundamentais para a formação de uma nova hegemonia.

A construção de uma contra-hegemonia tem como importante elemento a disputa por uma nova concepção sistemática do real. A esta nova concepção Gramsci chama de filosofia da práxis. Uma de suas funções é combater os elementos centrais do senso comum que visam manter uma determinada dominação, forjando um bloco



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

intelectual-moral que torne politicamente possível uma concepção alternativa de sociedade. A compreensão crítica da realidade só é possível “através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 2007).

Para Gramsci, qualquer classe social que objetive formar nova concepção de real em substituição à antiga e ao senso comum deve se constituir como um movimento que, além de político, seja cultural e busque se afirmar socialmente. Para tanto, as classes sociais que se constituem enquanto parte orgânica dessa nova concepção do real deverão repetir, de variadas formas, suas argumentações e agir para elevar o nível geral das massas, formando intelectuais que sejam capazes de forjar e popularizar uma nova concepção do real. A formação de uma contra-hegemonia associa-se à disputa entre concepções contraditórias existentes na sociedade e visa forjar um sujeito coletivo capaz de superar historicamente a hegemonia dominante.

2- As representações sociais de Heloísa Helena na Rede Globo

Foram analisadas três entrevistas na rede Globo. Nessas entrevistas, Heloísa Helena teve 117 momentos de fala.

Ressaltamos que o conteúdo do discurso de Heloísa Helena nas entrevistas não era totalmente determinado pela candidata, já que esta estava sujeita a temas pré-determinados e escolhidos pelos editores e jornalistas que a entrevistaram. Porém, não existia uma determinação absoluta dos temas que a candidata abordaria pelos entrevistadores, pois era comum a ação discursiva da candidata no sentido de abordar questões não diretamente relacionadas às perguntas feitas.

Lembramos que a separação das categorias temáticas cumpre um objetivo metodológico, para tornar inteligível a análise, mas compreendemos que na realidade dinâmica e complexa da ação política, tais questões se relacionam.

Antes de iniciarmos nossa análise, observemos a tabela da próxima página.



» **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Frequência das categorias temáticas nas entrevistas

em relação aos momentos de fala de Heloísa Helena

Categorias temáticas	Palavras-chave e termos	Frequência	Tipos de representações sociais
Trajatória e características pessoais	Nascimento; Família pobre; Mulher de luta; Criada por mãe costureira; Simples ou humilde; Absolutamente tranquila ou calma; Franca; Professora de universidade; Absolutamente preparada; Como mãe que acalenta os seus próprios filhos; Não era do esquema ou não era da corriola; Não me submeti; Eu denunciei; Era militante de base; Eu acredito/Eu defendo; Obrigação histórica; Não abro mão da minhas convicções; Poço de ternura; Eu não fujo; Mulher de muita força; Exigente.	11,11%	Auto-representação social
Soberania do povo	Donos deste país	0,85%	Sociedade futura
Modelo de desenvolvimento econômico	Investimento; Inflação; Demanda interna; Câmbio monitorado; Conquistar nichos comerciais; Neoliberal/neoliberalismo; Política de preços e abastecimento; Estabilidade da moeda; Setor produtivo; Democratização da riqueza; Reforma tributária; Baixar taxas de juros; Potencial de áreas agricultáveis; Recursos hídricos; Política econômica; Pequeno e médio produtor rural; Agropecuária de exportação; Regras do mercado; Prioridade do orçamento; Desenvolvimento econômico com inclusão social; Lei de Responsabilidade Fiscal; Capital financeiro.	14,53%	Conjuntura, sociedade futura e programa de governo
Governabilidade	Modelo de elaboração orçamentária; regime presidencialista; Construção coletiva; Governabilidade tradicional; Medida provisória.	2,56%	Conjuntura e programa de governo
Reforma agrária	Terra; Assentar/assentamentos; Violência no campo; Desapropriação; Favelas rurais; Agricultura familiar; Zoneamento agrícola; Trabalhadora rural; Sem-terra.	8,55%	Programa de governo e conjuntura
Corrupção	Balcão de negócios sujos; Proibido roubar; Banditismo; Político corrupto;	17,09%	Conjuntura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

	Roubalheira; Mensalão; Sanguessuga; Limpo; Vergonha na cara; Corrupção; Delinquente; Partilha de cargos, prestígio e poder; Patifaria; Tráfico de influência; Intermediação de interesses privados; Crime contra a administração pública; Moeda de troca; Jogo sujo; Vigaristas; Mercadorias parlamentares; Oligarquias podres.		
Privatizações	Privatização; Reestatização.	5,13%	Programa de governo
Aborto	Contra o aborto; Curetar uma vida.	2,56%	Conjuntura
Programa de partido e de governo	Programa de partido e de governo; Objetivos estratégicos; Democracia; Partido político pode propor; Controle do aparato institucional; Democratização do estado brasileiro; Relação institucional; Construção do orçamento; Capacitação profissional; Propostas concretas; Geração de emprego e renda.	11,96%	Programa de governo
Crime organizado	Narcotráfico; Maconha; Criminalidade; Marginalidade; Olheiro; Estica; Avião; Droga	2,56%	Conjuntura
Socialismo	Socialista; De cada um conforme suas possibilidades, para cada um conforme suas necessidades; Transposição mecânica; Experiências históricas; Tradição socialista; Esquerda; Experiências totalitárias; Concepção marxista, Justiça social.	3,42%	Sociedade futura
Ciência e tecnologia	Células-tronco; Pesquisa; Ciência; Tecnologia.	4,27%	Conjuntura e programa de governo
Ocupação de espaços públicos	Destruição de patrimônio público; Ocupação de prédios públicos	2,56%	Conjuntura
Movimentos sociais e greves	Movimento grevista; Greves; Trabalhadores do serviço público; Feminista; Movimento de mulheres; Criminalização.	6,84%	Conjuntura
Congresso Nacional	Outras atividades; Legislar; Representar os setores da sociedade; Fiscalizar; Congresso Nacional como manda a Constituição; Parceiro; Bajulação do Congresso Nacional.	5,13%	Programa de governo e conjuntura
Direitos sociais	Escola integral; Inserção no mundo do trabalho; Saúde; Educação; Políticas sociais; Salários dignos; Legislação avançada do SUS; Saneamento básico; Programa de	12,82%	Programa de governo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

	transferência de renda.		
--	-------------------------	--	--

Fonte: Acervo pessoal



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Observamos que o tema *corrupção*, presente em 17,09% dos momentos de fala da candidata, foi o que obteve maior frequência. *Modelo de desenvolvimento econômico*, com 14,53% de frequência, vem em segundo; e *Direitos Sociais*, com 12,82% de frequência, vem em terceiro; já *programa e partido e de governo*, com 11,96% vem em quarto. Apesar dos temas serem induzidos pelos editores, observamos que a candidata buscou consolidar suas representações sociais conjunturais acerca da *corrupção* como questão importante da agenda política nacional.

O tema *socialismo* apareceu em 3,42% dos momentos de fala de Heloísa nas entrevistas. Temas cercados de grandes polêmicas como *aborto* e *células-tronco* apareceram raramente nas entrevistas. O *aborto*, uma categoria temática a parte, teve frequência de 2,56% e a categoria temática *Ciência e Tecnologia* teve frequência de 4,27%, contendo nessa categoria a polêmica das células-tronco.

Temas importantes para a esquerda, tais como *reforma agrária*, *movimentos sociais* e *soberania do povo* tiveram frequência de 8,55%, 6,84% e 0,85% respectivamente, aparecendo poucas vezes. Questões relativas à *trajetória e características da candidata* estiveram presentes em 11,11% dos momentos de fala de Heloísa.

Vamos agora realizar análise qualitativa do conteúdo do discurso de Heloísa Helena nas entrevistas concedidas à rede Globo. Faremos a partir de certos temas colocados, não necessariamente seguindo a cronologia das entrevistas concedidas.

A candidata do PSOL, sempre que provocada em torno da sua relação com o PT, antes do governo Lula, buscou vincular-se à história passada do partido e desvincular-se da presente, afirmando não estar associada às transformações políticas e, sobretudo, éticas sofridas pelo partido em momentos anteriores à eleição de 2002 e que apareceram de forma mais clara com o governo Lula. Vejamos o trecho a seguir:

Jornalista 1: Por que a senhora nunca veio a público, enquanto a senhora ainda estava no PT, denunciando as irregularidades que aconteciam dentro do partido?

HH: Não, seria impossível. Até por que eu jamais poderia denunciar por que eu não era do esquema, eu não era da corriola, da cozinha dos delinquentes de luxo que depois eu descobri que estavam no PT, aliás...

Jornalista 1: Mas a senhora não percebeu que a campanha de 2002 tinha sido muito cara? Era cara demais?

HH: Mas na campanha de 2002, eu não me envolvi nela. Aliás, na campanha de 2002, foi um fato muito importante da minha vida política, por que eu fui testada politicamente. No momento, eu estava em primeiro lugar nas intenções



de voto para o governo de Alagoas, e como não me submeti ao acordo espúrio, à aliança com setores vinculados ao crime organizado, que se apresentavam como neo-lulistas – e que o presidente me impôs uma aliança no meu estado – eu abri mão de ser candidata, e me ausentei da campanha eleitoral, então seria impossível, aliás (...) no primeiro mês do governo Lula nós já começamos, infelizmente, uma contenda específica com a administração. Eu não fui para o conselho de ética do PT, não foi por que votei contra a reforma da previdência, ali foi um instrumento necessário para viabilizar a expulsão, rasgando o estatuto partidário. Eles me colocaram no conselho de ética no primeiro mês do Governo Lula quando eu denunciei. Aliás, tem uma entrevista no dia vinte e sete de janeiro, no primeiro mês do Governo Lula, uma entrevista nas páginas amarelas de uma revista de circulação nacional, onde lá eu dizia: “O medo venceu a esperança”. E eu já falava do balcão de negócios sujos que estava sendo montado para a partilha de cargos, prestígio e poder.

Jornalista 2: Mas não era exatamente uma novidade naquele ponto, candidata. Basta a gente lembrar, por exemplo, um escândalo causado, envolvendo um dos fundadores do partido, o Paulo de Tarso Venceslau, lá se vão mais de dez anos que ele denunciava a corrupção interna. A senhora foi um nome importante dentro do PT, nunca lhe passou pela frente alguma informação que a fizesse desconfiar do que acontecia?

HH: (...) Não... Nessa época, há quinze anos atrás, eu era uma militante de base, lá do interior de Alagoas. É claro que eu não sabia disso. Agora, tem uma coisa muito objetiva que não cabe comparação, não cabe comparação. Uma coisa é o Presidente da República, que todas as pessoas sérias, honestas intelectualmente, sabem que seria impossível quadros importantes, dirigentes partidários, ministros montarem um esquema de corrupção, de tráfico de influência, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio, corrupção passiva e ativa sem o Presidente da República comandar diretamente o processo. Isso é impossível, qualquer militante por inocência, podia passar a defender. Agora, imaginar que tinha envolvimento, suposição do envolvimento em assassinato de ex-prefeito, isso jamais poderia acontecer (Jornal da Globo, 01 de set. de 2006).

Em relação à trajetória de Heloísa Helena, nos primeiros momentos do governo Lula, podemos perceber, a partir das representações sociais que fez de si, que suas representações sociais conjunturais variaram pouco de 2003 a 2006, sempre tendo como questões centrais a subordinação do governo ao capital financeiro e a reprodução de práticas de corrupção já existentes em governos anteriores. Ao mesmo tempo, buscou diferenciar o papel de uma militante partidária e o papel de um presidente, colocando abertamente a complacência de Lula com os esquemas de corrupção ocorridos durante o seu primeiro mandato.

Como regra geral, a candidatura de Heloísa Helena buscou ocupar o *lugar de fala* da presidente que acolheria os filhos e filhas do Brasil, como uma mãe acolhe os próprios filhos e como aquela que tinha coragem para enfrentar os interesses dos políticos corruptos e do capital financeiro. Buscou vincular-se a idéia de coerência por ter feito uma opção de não se deixar seduzir pelas “benesses do poder”. O trecho abaixo exemplifica isso:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Tenha certeza, as mulheres e homens de bem e de paz desse país que não perderam a vergonha na cara e o amor no coração, que eu estou de consciência tranqüila. Fiz o bom combate, defendo o meu país, a minha pátria e espero ser parte da construção, estando na Presidência da República, por uma pátria justa, ética, soberana, igualitária e fraterna. Quero ter a possibilidade de ajudar as crianças, jovens, idosos a serem atendidos como eu acalento os meus próprios filhos (Heloísa Helena, Bom Dia Brasil, 18 de set. de 2006).

Além da reprodução do papel de mãe, típico da esfera privada no espaço público, durante a disputa eleitoral, Heloísa Helena procurou situar-se próxima a um dos aspectos do *lugar de fala* da candidatura Lula, a da origem humilde e sofrida, conforme demonstra o trecho abaixo:

(...) eu respeito muito as pessoas simples e humildes que nasceram, inclusive, como eu. (...) Imaginem saírem por ai espalhando que eu vou tirar os estudantes das universidades, que mal estão nas universidades, através de duzentas mil bolsas do PROUNI? Eu jamais tiraria. Quem teve uma infância como eu, quem passou a situação como eu, passei com uma mãe costureira, virando noites numa máquina de costura pra levar meu irmão a concluir medicina e eu enfermagem. Eu sou professora da universidade (...), espalhar pelo Brasil (...), pelo nordeste brasileiro, que eu vou acabar com o Bolsa Família? (Heloísa Helena, Jornal Nacional, 08 de agosto de 2006).

Além disso, para justificar suas posições, representou-se como uma senadora conhecedora do funcionamento do estado ao afirmar que era “uma Senadora disciplinada, competente” e que conhecia a legislação vigente no país (Bom Dia Brasil, 18 de set. de 2006), buscando assim afirmar-se como alternativa viável programaticamente e eleitoralmente.

A representação social construída em torno de si pela própria candidata nas outras entrevistas realizadas e no próprio Horário Eleitoral Gratuito de TV (HEGTV) a coloca como alternativa ao neoliberalismo – projeto este, segundo a candidata, vinculado às candidaturas do PT e do PSDB. Em várias entrevistas, observamos como a candidata, ao usar os termos “farsa técnica” e “fraude política”, associados ao neoliberalismo, busca questionar o universo reificado, difundido tanto pelas candidaturas do PT e do PSDB como pela grande mídia, construído em torno da adoção do projeto neoliberal como única alternativa para o país.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Desmascarar a suposta cientificidade das opções governamentais é colocado como o principal objetivo da candidatura. Tal objetivo também foi exposto em outros momentos de fala da candidata. Vejamos um exemplo:

(...) Não vamos fazer o terrorismo da volta da inflação, por que não haverá. Até por que, a senhora quer dizer que, com a redução da taxa de juros haverá (aumento) da inflação? É só meia dúzia de banqueiros e especuladores que estão ganhando dinheiro. Será que essas pessoas, com a redução da taxa de juros vão distribuir milhões de reais, bilhões de reais para o Brasil, para que os pobres saiam correndo para consumir eletrodoméstico e comida? Não há nenhuma lógica, não há racionalidade no debate de: redução da taxa de juros e aumento da inflação, não há (Bom Dia Brasil, 18 de set. de 2006).

Nesse momento de fala, a candidata do PSOL utiliza-se de argumentos técnicos também para contrapor-se ao universo reificado do neoliberalismo no Brasil que se sustenta na relação entre altas taxas de juros como forma de controle da inflação. Não é meu objetivo aqui analisar questões econômicas de forma detalhada, mas, sim, identificar a forma como Heloísa Helena busca desconstruir certas representações sociais e afirmar universos consensual e reificado alternativos.

Até aqui, analisamos centralmente as representações sociais associadas à própria candidata e ao seu partido. Constatamos que essas representações sociais têm um forte conteúdo contestatório ao neoliberalismo. Analisaremos agora representações sociais associadas a projeto de sociedade futura, especialmente através da categoria temática *programa de governo e de partido e socialismo*. Começemos com o seguinte trecho:

Jornalista 1 (mulher): O programa do seu partido, falando de reforma agrária, diz que “não existe saída para o campo brasileiro sem a expropriação das grandes fazendas, sejam elas produtivas ou não”. A senhora vai tomar terra de proprietários rurais que produzem e empregam?

Heloísa Helena: Não posso, meu amor, por que a constituição proíbe. Programa de partido trata dos objetivos estratégicos do partido, não tem nada a ver com programa de governo. Seria impossível fazer expropriação de terra, a não ser que tenha trabalho escravo e plante maconha – por que eu não sou favorável ao narcotráfico, pelo contrário, vai ter um combate implacável ao crime organizado se eu tiver a honra de chegar à presidência da república. Diferente, a Constituição do Brasil é muito clara – por que eu tenho obrigação de conhecer a ordem jurídica vigente, a legislação do meu país. A Constituição do país é clara: terra improdutiva é passível de reforma agrária. Nossa proposta de reforma agrária, ela se trata no sentido de assentar um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

milhão de famílias, que daria duzentas mil famílias, ou seja, um milhão de pessoas.

Jornalista 1 (mulher): Mas não seria incoerente candidata ter isso no programa? Quer dizer, não pode levar o eleitor a pensar o seguinte: que outros itens do seu programa do partido, que a senhora ajudou a fundar, a senhora poderia dizer que não pretende fazer?

Heloísa Helena: Não (risos). Deus me livre. Veja só uma coisa, por que talvez quem não é militante de partido não entenda muito isso, os objetivos estratégicos de um partido, por exemplo, eu sou uma socialista por convicção. (...) Objetivos estratégicos é algo que você pensa implementar em trinta anos, quarenta anos.

Jornalista 2 (homem): Não necessariamente constitucionais candidata?

Heloísa Helena: Claro, programa de governo é outra coisa. Programa de governo, ele não pode estar distanciado da legislação em vigor do país. Qualquer questão, quer sejam as relações internacionais do Brasil, a autodeterminação dos povos, o que está na área de segurança, de saúde, de educação, nada pode ser feito além daquilo que é a legislação em vigor no país (Jornal Nacional, 08 de ago. de 2006).

Observamos aqui dois aspectos contraditórios e complementares das representações sociais de sociedade futura e de programa de governo de Heloísa Helena. Primeiramente, a candidata reivindica a tradição socialista como parte das suas convicções políticas, diferenciando sua proposta das experiências do chamado “socialismo real”. A candidata é categórica ao definir essas experiências como totalitárias e negar qualquer relação destas com o ideário socialista. Ao mesmo tempo, estabelece para si um objetivo histórico bem mais modesto, o da democratização do estado e da riqueza nacional. O socialismo, para a candidata, é um projeto de futuro, não do presente.

A separação entre democratização do estado e da riqueza, como tarefa conjuntural, e o socialismo, como projeto de futuro, nos leva a algumas conclusões. Primeiro, que a situação aqui exposta esteve presente, com variações muito pequenas, em todas as entrevistas analisadas. E em todas elas a candidata buscou separar rigorosamente objetivos estratégicos e conjunturais. Compreendemos que essa separação estava associada a uma estratégia cujo objetivo era diminuir a radicalidade programática presente na coligação partidária que dava sustentação à candidata.

Em nossa concepção, compreendemos que um programa de governo faz parte de uma estratégia que vise o socialismo, mesmo que este programa não seja necessariamente socialista. Coutinho (1979), ao discutir a democracia, afirma que esta nunca deve ser analisada sem adjetivos que apontem o sentido político e social dos seus objetivos. Não existe, portanto, uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

democracia sem conteúdo de classe. Dessa forma, mesmo uma proposta programática de democratização como a de Heloísa Helena, deve assentar-se em relações de classe historicamente determinadas e, assim, vincular-se à objetivos estratégicos. A desvinculação entre democracia e projeto de sociedade futura e programa de governo, nos casos analisados, demonstra uma tentativa de forjar representações sociais moderadas em torno de projetos de sociedade futura, contestatórias do presente, mas não contra-hegemônicas.

Nos debrucemos mais um pouco nessa questão, analisando a categoria temática *programa de partido e programa de governo* e sua respectiva representação social e passemos agora a analisar as representações sociais conjunturais. Vejamos:

Jornalista 1 (mulher): Vamos falar então do seu programa. O programa do seu partido, falando de reforma agrária, diz que “não existe saída para o campo brasileiro sem a expropriação das grandes fazendas, sejam elas produtivas ou não”. A senhora vai tomar terra de proprietários rurais que produzem e empregam?

HH: Não posso meu amor por que a constituição proíbe. Programa de partido trata dos objetivos estratégicos do partido, não tem nada a ver com programa de governo (grifo meu). Seria impossível fazer expropriação de terra, a não ser que tenha trabalho escravo e plante maconha – por que eu não sou favorável ao narcotráfico, pelo contrário, vai ter um combate implacável ao crime organizado se eu tiver a honra de chegar à presidência da república. Diferente, a Constituição do Brasil é muito clara – por que eu tenho obrigação de conhecer a ordem jurídica vigente, a legislação do meu país. A Constituição do país é clara: terra improdutiva é passível de reforma agrária. Nossa proposta de reforma agrária, ela se trata no sentido de assentar um milhão de famílias que daria duzentas mil famílias, ou seja, um milhão de pessoas.

Jornalista 1 (mulher): Mas não seria incoerente candidata ter isso no programa? Quer dizer, não pode levar o eleitor a pensar o seguinte: que outros itens do seu programa do partido, que a senhora ajudou a fundar, a senhora poderia dizer que não pretende fazer?

HH: Não (risos). Deus me livre. Veja só uma coisa, por que talvez quem não é militante de partido não entenda muito isso, os objetivos estratégicos de um partido, por exemplo, eu sou uma socialista por convicção. (...) Objetivos estratégicos é algo que você pensa implementar em trinta anos, quarenta anos.

Jornalista 2 (homem): Não necessariamente constitucionais candidata?

HH: Claro, programa de governo é outra coisa. Programa de governo, ele não pode estar distanciado da legislação em vigor do país. Qualquer questão, quer seja as relações internacionais do Brasil, a autodeterminação dos povos, o que está na área de segurança, de saúde, de educação, nada pode ser feito além daquilo que é a legislação em vigor no país (Jornal Nacional, 08 de ago. de 2006).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A diferenciação feita pela candidata entre programa de governo e programa de partido esteve presente na maioria das entrevistas que ela concedeu à imprensa nacional e em todas, com pequenas variações, a resposta teve esse conteúdo. Reafirmamos aqui que tal diferenciação é artificial e é resultado de uma estratégia de marketing visando tornar o discurso da candidata mais palatável. Realmente, existem diferenças: um programa de governo é elaborado a partir de metas e objetivos de curto e médio prazo - analisando a correlação de forças vigente e atendendo parcialmente necessidades de alguns segmentos sociais ao qual a candidatura busca representar, articulados com objetivos de longo prazo de uma determinada perspectiva estratégica. Portanto, eles se articulam e cumprem papéis diferenciados e combinados.

A candidata usou várias vezes de recursos discursivos que buscassem afastar a radicalidade das propostas programáticas dos partidos que a apoiavam das suas propostas de governo. A seqüência abaixo sobre o tema da re-estatização mostra isso:

Jornalista: Candidata, no programa do seu partido é dito o seguinte: “É preciso reverter esse verdadeiro saque a Nação começando pela re-estatização das empresas privatizadas”. É categórico.

HH: Não, não. Mas, a re-estatização dar-se-á por uma decisão da população de uma forma geral, é isso que eu estou querendo dizer. Privatizar ou estatizar não é uma decisão de um partido político. O partido político pode propor, pode discutir com a sociedade de uma forma em geral, pode interagir dentro de um plebiscito, mas quem define é a sociedade.

Jornalista: Mas a senhora, qual é a sua posição?

HH: Auditoria, auditoria. Como Presidente da República eu vou fazer uma auditoria, quem cometeu crimes contra a administração pública será encaminhado à justiça como manda a legislação em vigor do país, vou fazer um plebiscito, a decisão da sociedade será acatada. Se por acaso a população brasileira decidir que vai continuar, que as empresas vão continuar privatizadas, as empresas continuarão privatizadas. (Jornal da Globo, 01 de set. de 2006).

Se por um lado é correto afirmar que cabe a sociedade, de forma democrática, decidir pela re-estatização ou não de empresas nacionais, por outro lado isso não impede uma candidatura, especialmente de partidos de esquerda, de pronunciar-se de forma favorável ou não à reversão das privatizações.

A candidata buscou, recorrentemente, ter uma postura de autonomia relativa em relação aos partidos que a sustentavam (PSOL, PCB e PSTU). O próprio resultado eleitoral demonstra bem isso, já que Heloísa Helena teve 6,85% dos votos válidos, enquanto o PSOL, partido da candidata, teve somente 1,23% dos votos válidos para deputado federal em todo o país.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A questão é que isso não se refletiu somente nos resultados eleitorais, mas também em contradições entre o que estava escrito nos programas dos partidos de sua coalização (P-SOL, PSTU e PCB) e os momentos de fala das entrevistas. Destacamos aqui o fato do PSOL, por um conjunto de divergências internas, não ter conseguido apresentar formalmente um programa de governo e que todas as propostas citadas pelos jornalistas eram das diretrizes programáticas aprovadas no processo de fundação do partido, sem maiores aprofundamentos. Mas, como regra geral, observamos que a candidata empenhou-se em aparar arestas políticas e ideológicas enquadrando-se em uma agenda política, pautada parcialmente pela mídia, dentro dos marcos políticos e ideológicos da hegemonia burguesa no Brasil, mesmo tendo importantes elementos de contestação ao neoliberalismo no país.

O tema da governabilidade teve pouca frequência nos momentos de fala de Heloísa Helena nas entrevistas. Mesmo assim, realizaremos uma análise mais detalhada dessa categoria, dada a sua importância para as discussões que aqui realizamos. Vejamos o trecho abaixo:

HH: A elaboração do orçamento é um ato do presidente da República. Não existe necessidade de fazer medida provisória, até porque teria eficácia imediata (...). A elaboração do orçamento é uma decisão unilateral da presidência, que ela pode compartilhar ou não com os setores da sociedade... Então, governabilidade haverá.

Jornalista 1: A senhora pretende governar sem o Congresso?

HH: Não, absolutamente, eu quero o Congresso como manda a Constituição do meu país, independente, fiscalizador, monitorando cada um dos passos da Presidência da República. Agora, eu não vou querer Congresso Nacional na surdina, onde a Presidência da República se reúne com um líder, uma liderança partidária, e distribui cargos, prestígio e poder em relação ao dinheiro, isso não! (...) Será uma relação pactuada e irei, quantas vezes necessário for, ao Congresso Nacional. De forma transparente, pública, democrática, respeitando a instituição. Agora, eu não acredito no fatalismo de que só tem um jeito de garantir governabilidade, que é trocando cargos, prestígio e poder (Bom Dia Brasil, 18 de set. de 2006).

Em várias entrevistas, o tema da governabilidade foi apresentado, na maioria das vezes, pelos jornalistas. A questão mais abordada foi a pequena expressividade da bancada do PSOL, sete deputados federais à época, e que, depois das eleições presidenciais de 2006, reduziram-se a três. A abordagem da candidata sobre o tema foca-se na possibilidade de governar com as prerrogativas legais do nosso sistema presidencialista e em diálogo com o Congresso Nacional, permitindo a este desempenhar suas funções constitucionais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A representação social conjuntural apresentada por Heloísa é de crítica à relação do Executivo com os congressistas, marcada pelo fisiologismo e sua representação social de sociedade futura é de diálogo democrático com o Congresso Nacional, preservando-se as prerrogativas legais do presidente e do congresso. Aqui, observamos uma compreensão idealista do Congresso Nacional. A corrupção existente na instituição não se resume às iniciativas tomadas pelo Poder Executivo, mas, sim, se associa a uma cultura política patrimonialista associada aos aspectos da hegemonia burguesa do Brasil, que desenvolveu mecanismos institucionais e barreiras culturais à participação popular na política. A discussão do orçamento da União é marcada por conflitos em torno de diversos interesses contraditórios ou antagônicos, não sendo resolvido na base do simples diálogo e conciliação entre as partes “beligerantes”. Existe toda uma dimensão classista nessa disputa, sendo predominantes os interesses da grande burguesia nacional e internacional nas questões principais do orçamento público. A crítica ao modelo atual de construção orçamentária, que exclui atores importantes do processo, é válida, mas só mudar o modelo não resolve o problema dos privilégios e interesses de classe que fazem parte do seu conteúdo material.

Existe também um fenômeno interessante em diversos momentos de fala de Heloísa Helena. Em alguns casos, há processos de decodificação e recodificação contra-hegemônicas ou contestatórias, isto é, utilizar termos em voga no universo consensual da política, principalmente entre os defensores do projeto neoliberal, e dar a eles um novo conteúdo, dentro de uma lógica contestatória ou contra-hegemônica. O debate travado entre Miriam Leitão e Heloísa Helena no Bom Dia Brasil acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal ilustra bem essa situação:

Miriam Leitão: Está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal que os repasses regulares de dinheiro, por exemplo, pra educação, assistência social, são, tem que ser feitos sim, até pro mal pagador. (...) o que é negável, candidata, é dar mais dinheiro do povo para que o prefeito ou algum governador do estado, que já tenha gastado mais do que podia com o dinheiro público, gaste mais ainda (...)

Heloísa Helena: Licença jornalista, eu entendo da Lei de Responsabilidade Fiscal. (...) Eu estou dizendo a você que quem tem o compromisso com a responsabilidade fiscal sou eu. Não existe responsabilidade fiscal no Brasil. Eu não estou falando de corrupção (...). Eu estou dizendo que não existe responsabilidade fiscal no Brasil por que existe desajuste fiscal. Responsabilidade fiscal, ajuste fiscal, é equilíbrio das contas públicas entre o que se arrecada e o que se gasta. Um país que permite que 76% dos seus



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

jovens passem o dia todo sem fazer nada, não estudam, não trabalham, não sabem o que é esporte, lazer, cultura, por que o governo não gasta na educação, no esporte e na cultura. Isso não é responsabilidade fiscal. Um país que cumpre do seu orçamento apenas 1,5% do que estava previsto na área de saneamento básico, que geram milhões de empregos e que impede que crianças de 0 a 6 anos sejam internadas num hospital, não é responsabilidade fiscal. Então, a responsabilidade fiscal, o ajuste fiscal, eu vou fazer. Por que quem promove desajuste fiscal nas contas públicas do Brasil é a taxa de juros (...) (Bom Dia Brasil, 18 de set. de 2006).

O que podemos perceber é que, nesse caso, Heloísa Helena tentou dar um novo conteúdo a idéia de ajuste e responsabilidade fiscal, afirmando de forma implícita que esses termos, tal como eles são aplicados, não tem nada de ajuste ou de responsável, mas, sim, são causadores de desajuste e de uma enorme irresponsabilidade com questões básicas que atingem diretamente a população.

Observamos também que as entrevistas buscavam sempre complementar uma a outra, abarcando temas diferenciados e que não tinham sido debatidos nas anteriores. As entrevistas também estiveram sintonizadas com as mudanças do cenário eleitoral e buscaram refletir isso em sua dinâmica, seja discutindo as mudanças das pesquisas de intenção de voto ou explorando temas que levassem a candidata a posturas contraditórias com alguns movimentos sociais, como na questão da legalização do aborto, debatida na entrevista ao Jornal da Globo em 01 de setembro de 2006.

Heloísa Helena também buscou contrapor-se à representações sociais conjunturais acerca de algumas reformas, como a da Previdência Social. Ressaltamos que, nesse caso, tratou-se mais de uma contra-reforma, já que o termo reforma, historicamente, é associado à mudanças no arcabouço institucional visando ampliação e não retirada ou restrição de direitos, como no caso em questão. Observemos o seguinte trecho:

Miriam Leitão: Candidata, o sistema previdenciário brasileiro tem uma enorme injustiça, tem alguns que ganham muito pouco e têm outros que ganham mais, não é? Então, você tem dezesseis milhões de brasileiros que ganham um salário mínimo, dentro do sistema previdenciário, e quem ganha mais dentro do sistema, são exatamente os funcionários públicos, que ganham cerca de dez, vinte vezes mais do que a massa dos trabalhadores que foram aposentados. A senhora brigou com o PT, exatamente quando ele queria mudar, e reduzir os ganhos de quem ganha mais na Previdência. Isso significa/essa sua forma de defender os mais pobres, é brigar pelos direitos de



quem ganha mais no sistema previdenciário?

HH: Isso é impossível, meu Deus, eu estou impressionada com essa sua colocação... Realmente! [ironia] (...). Não, não, não... Eu estou dizendo que não muda nada, mas eu conheço os números da Seguridade Social, como emana a Constituição do meu país. Se alguém quiser alterar, separar, sair da Assistência Social e ir para uma Previdência Pública, eu entendo. Agora, eu trabalho com os dados da Constituição do meu país sobre a Seguridade Social. E segundo, quem mais foi prejudicado com a reforma da previdência foram os pobres. Quem ganha até um salário mínimo, o trabalhador do serviço público do Brasil...

Jornalista 2: E também do privado)

HH: Claro que foi, com a alteração da faixa etária, Miriam! Claro que foi! Dizer que era só a partir de dois mil reais, não é verdade! Quem foi obrigado a trabalhar mais dois anos de serviço pelo fator previdenciário, foram justamente os trabalhadores.

Miriam Leitão: Fator previdenciário de INSS...

HH: Mas é isto que eu estou falando. Nós estamos falando sobre seguridade social.

Miriam Leitão: Reforma da Previdência no governo Lula foi apenas no serviço público federal.

HH: Mas o fator previdenciário, o mecanismo do fator previdenciário, foi aprovado pelo Fernando Henrique e não era só setor privado... E impôs a uma trabalhadora da educação, que ganha um salário mínimo, num município do interior, a ter que trabalhar ou de três a oito anos de serviço a mais para não perder trinta e cinco por cento do seu salário.

Miriam Leitão: Quero saber quem ganha mais

HH: Quem ganha mais? (...) Não tem reforma da previdência que resolva. Quem ganha mais é meia dúzia. A situação dos trabalhadores do serviço público, não é verdade. Esse discurso de marajá, nós já vimos o que deu na história do Brasil, não é verdade...

Miriam leitão: E contra o fim dos privilégios?

HH: (...) Eu sou favorável ao fim dos privilégios dos políticos corruptos, dos especuladores, dos banqueiros, e dos servidores públicos que não trabalham, porque estão apadrinhados por algum político (...) (Bom Dia Brasil, 18 de set. de 2006).

A entrevista ao Bom Dia Brasil foi a mais tensa de todas, muitas vezes assemelhando-se mais a um “bate-boca” do que a uma entrevista. Observamos aqui o conflito entre duas representações sociais conjunturais em disputa: uma, do lado dos jornalistas, expressando uma representação social das mudanças do sistema previdenciário feitas por Lula, como de combate a privilégios; e outra, por parte da candidata, apontando que as mudanças foram prejudiciais aos trabalhadores e se basearam em um mito de que a maioria dos servidores públicos federais são privilegiados.

Considerações finais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Buscaremos agora responder os problemas postos para esse trabalho.

Quais representações sociais a candidata Heloísa Helena criou em torno da conjuntura, do programa do partido e de projeto de sociedade futura?

A candidata buscou afirmar representações sociais conjunturais de que o estado brasileiro e a política econômica desenvolvida pelo governo Lula era de continuidade de FHC e subordinada aos interesses do capital financeiro, além da sujeição do estado aos esquemas de corrupção de setores partidários. Sua crítica à subordinação do governo ao capital financeiro expressou-se pela contraposição feita por Heloísa Helena às altas taxas de juros praticadas no país. Assim, ela buscou afirmar-se como a candidata que reduziria as taxas de juros e viabilizaria o crescimento econômico e o desenvolvimento do setor produtivo nacional. A questão da corrupção obteve grande destaque em seu discurso, sendo uma central para a afirmação da sua candidatura.

A candidata vinculou a corrupção, junto com a sujeição do estado nacional ao capital financeiro, à falta de investimentos em políticas sociais. A possibilidade de um governo voltado para os interesses da maioria do povo e para a superação de diversos problemas nacionais (saúde, educação, habitação, violência, distribuição de renda, etc) partia do pressuposto de que a honestidade dos governantes seria fundamental para obter êxito nessa perspectiva. O horizonte do discurso de Heloísa Helena associava-se à democratização do estado e das riquezas nacionais, restringindo seus objetivos a uma plataforma programática nos marcos do nacional-desenvolvimentismo.

Quanto ao programa de governo, a candidata apresentou representações sociais associadas à resolução dos principais problemas nacionais a partir da inversão de prioridades da política macro-econômica, revertendo o predomínio do capital financeiro em detrimento do produtivo, combatendo a corrupção e usando os recursos disponíveis a partir dessas medidas para viabilizar a efetividade de direitos sociais fundamentais como a saúde, educação, segurança pública, habitação, terra, trabalho, dentre outros.

As representações sociais de sociedade futura de Heloísa Helena foram marcadas pela separação entre projeto de futuro e de presente. Quando a questão do socialismo esteve



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

presente em seus discursos, somente nas entrevistas e por indução dos editores, a candidata buscou vincular socialismo a um futuro que ela não desfrutaria. Assim, o socialismo servia mais de guia ético e moral do que de horizonte para a ação política no processo eleitoral. Suas representações de sociedade futura tinham um horizonte bem mais modesto, associado à democratização do estado e de parte das riquezas nacionais, mesmo sem apontar caminhos mais concretos para tais objetivos.

Houve coerência entre o discurso de Heloísa Helena e o programa de seu partido?

Nossa pesquisa apontou que não houve coerência entre o conteúdo do discurso de Heloísa Helena e o programa de seu partido. Observamos que em diversos momentos a candidata buscou desvincular o programa do seu partido do programa de governo, separando este dos objetivos estratégicos da frente que lhe dava sustentação. Suas propostas de programa de governo partiram mais de suas convicções pessoais do que das instâncias partidárias que versaram sobre questões programáticas.

Quais auto-representações de gênero, origem social e política-ideológica ela criou para si e nas entrevistas analisadas?

Observamos que a candidata do PSOL auto-representou-se como aquela que cumpriria o papel de mãe no espaço público. Além disso, buscou afirmar sua origem humilde tanto nas entrevistas como no HEGTV.

Heloísa Helena buscou auto-representar-se como a única candidata capaz de enfrentar os esquemas de corrupção existentes e os interesses do capital financeiro. Além disso, se autodenominava como alguém que manteve sua coerência e não se corrompeu com as possibilidades do exercício do poder. A identificação com o socialismo apareceu algumas vezes nas entrevistas concedidas às redes de TV. Nessas, a auto-definição como socialista apareceu como valores que guiavam as suas ações em nome de uma sociedade justa e igualitária e como razão para a manutenção de sua coerência política frente ao cenário de adesão do PT/Lula ao neoliberalismo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

As representações sociais apresentadas por Heloísa Helena foram hegemônicas, contra-hegemônicas ou contestatórias?

A partir dos referenciais teórico, metodológicos e de toda a análise realizada, concluímos que o discurso político de Heloísa Helena apresentou representações sociais contestatórias, e não contra-hegemônicas. Diversos fatores contribuíram para tal situação. Analisemos alguns deles.

Sem dúvidas, o discurso de Heloísa Helena contestou alguns dos pilares fundamentais do predomínio do capital financeiro no Brasil em tempos de neoliberalismo. Há, portanto, uma contestação, mesmo moderada em alguns momentos, ao projeto neoliberal no país. Porém, suas críticas ficaram circunscritas às disputas intra-burguesas.

No Brasil, com o advento do governo Lula, houve uma acomodação no Bloco de Poder dos interesses da burguesia nacional ligada aos setores produtivos voltados para o mercado externo. Essa acomodação não exigiu desses setores iniciarem uma disputa para tornar-se fração hegemônica da burguesia, já que isto exigiria ampliar sua base de sustentação com setores populares. O discurso de Heloísa Helena evocou um governo que dialogasse com esses setores e que, a partir disso, pudesse gerar crescimento econômico e o desenvolvimento de políticas sociais mais amplas para a população. Partia-se de um pressuposto que seria possível realizar tal governo em conjunto com esses setores e, ao mesmo tempo, desenvolver políticas de distribuição de renda. A relação capital-trabalho e todas as suas contradições estiveram praticamente ausentes no discurso de Heloísa Helena.

Outros aspectos também precisam ser levados em consideração para compreendermos as conclusões a que chegamos nesse trabalho. Primeiramente, precisamos entender os limites impostos a uma candidatura de uma coalização eleitoral pequena e cujo seu partido principal tinha menos de um ano de fundação quando foi levado à sua primeira eleição presidencial. Tais circunstâncias geram profundos limites para uma elaboração programática mais consistente e associada a uma perspectiva contra-hegemônica.

O próprio contexto político das eleições 2006 contribuiu para as dificuldades existentes, já que o maior partido já formado no país pela classe trabalhadora e outros setores oprimidos incorporou-se à hegemonia burguesa no Brasil. Enfrentar tal situação não é fácil e exige um tempo de reconstrução da contra-hegemonia que não se esgotou durante aquele processo eleitoral.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

É preciso destacar também que a candidata Heloísa Helena realizou opções políticas pessoais e defendeu seus pontos de vista acerca das questões colocadas para a disputa eleitoral. Sua projeção durante as eleições foi consideravelmente maior que a de seu partido e as fragilidades do PSOL, programáticas e organizativas, levaram ao deslocamento da candidata em relação à coligação que a sustentava.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Jorge. *Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Xamã, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3 ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. Da morte política à consagração: indagações sobre o significado da reeleição de Lula. In: *Novos Estudos*. Nº 76. Novembro de 2006.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos A. Representações da Política. In: RUBIM, Albino. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A democracia como valor universal. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. São Paulo. Ed. Civilização Brasileira. 1979.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Editora Paulinas, 1989.

_____. *A divisão do trabalho social*. Portugal: Editora Presença e Livraria Martins Fontes, 1989.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. Contribution a l'étude des représentations collectives. In: *Journal Sociologique*, seleção de textos de *L'Année Sociologique*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Organizada por Jean Duvidnaud. Paris: PUF, 1969. Pp. 395-461.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das idéias. In: *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FAAR, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. In: *Textos em Representações Sociais*. 7ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, volume 3*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- _____. *Cadernos do cárcere, volume 1*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007c
- _____. *Cadernos do cárcere, volume 5*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). *Textos em representações sociais*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização: Liv Sovik. Minas Gerais: Editora UFMG, 2003.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Volume I. Portugal-Brasil: Editora Presença e Livraria Martins Fontes, 1989.
- MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: *Textos em Representações Sociais*. 7ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.
- SILVA, Rogério. Uma nova cena: hegemonia, mídia e a candidatura de Heloísa Helena nas eleições 2006. In: *Anais do 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*. 2007
- SADA, Juliana e DELMATO, Júlio. *PSOL, uma hipótese*. São Paulo, 2008.
- VIANA, Nildo. Discurso e poder. In: *Revista História e Luta de Classes*. Ano 1. Nº 2. Fevereiro de 2006.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?. In: *Psicol. Soc.* [online], vol.14, n.2, 2002. Pp. 18-47.